

Os credores, de olho em nossa política.

O O quadro político que poderá começar a definir-se hoje — com a votação do sistema de governo — provoca fatos econômicos: na área externa, no mercado de capitais, no setor produtivo. Enquanto acelera discussões sobre o day after — o dia seguinte ao das definições sobre como e por quanto tempo fica o Executivo atual.

o Na indefinição, os credores querem mais — citando-se garantias do Banco Mundial. Isto é, uma forma de protelar acordos, de que o Brasil necessita para não exaurir as reservas. O ministro Mailson da Nóbrega ameaçou paralisar os pagamentos. É comum lá e cá, tratando-se de dívida externa, não ignorar a torcida. Não há problemas insolúveis nessa área, porém, segundo fonte categorizada. Mesmo na perspectiva de parlamentarismo e atores "menos acomodatícios".

o A Bolsa subiu muito, na semana passada. Não somente por conta do ingresso de recursos estrangeiros, presentes e esperados via conversões, nos próximos meses. Mas também pela expectativa de um acordo político, que se transformou em desacordo no final da semana. Para subir, as ações dependem de horizonte melhor. E de uma conjuntura de liquidez farta, acrescenta o financista Renato Rabello. Como a atual.

o O setor produtivo não quer tomar empréstimos. A procura está entre 60 e 70% da existente um ano atrás, em um dos principais conglomerados bancários. Ressalvadas exceções, as grandes empresas vão bem, obrigado.

o Para depois das definições políticas, busca-se um pacto social, ou algo parecido. Isto está por trás do encontro de Goiânia no último fim de semana, promovido pelos governos estaduais. No qual debateu-se, em caráter preliminar, um programa de emergência.

o Dois temas relevantes para as políticas externa e doméstica, intensamente mencionados a nível oficial: o relending (reempréstimo de recursos externos) para a política monetária.

o Os bancos credores pressionam por liberdade para substituir os tomadores de créditos externos na época do vencimento. Até porque valem muito mais os créditos concedidos a empresas privadas do que a estatais. Um raciocínio maior está embutido nessa questão negocial: o Brasil vai deixando de ser um problema cambial, para ser um problema fiscal — o de financiamento do setor público.

o O Banco Central acreditaria que, na administração da dívida, está oversold (vendido acima da capacidade do mercado). A Fazenda entenderia que não faz sentido apertar a política monetária (com juros mais altos) porque a oferta monetária está sob controle e não há demanda final sobre a economia. Uma discussão teórica. Mas de grandes implicações sobre a dívida pública.

o Joga-se duro contra o novo diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, ex-Unibanco. E aposta-se, em meios financeiros, que se trata de uma questão política: haveria dentro do BC um candidato à vaga aberta com a saída de Carlos Eduardo de Freitas. Lore ainda não teria sido assimilado pela burocracia, no comentário de um conhecedor da máquina da instituição.

o Água na fervura do grupo Pão de Açúcar: o diretor-presidente, fundador e titular (com a esposa Floripes) de 62% do capital, Valentim dos Santos Diniz, afirmou ontem a disposição de manter a unidade da organização. O descontentamento, veiculado pela revista Exame, é dos irmãos de Abílio Diniz, o maior responsável pela ascensão do Pão de Açúcar. Os descontentes têm 22% do capital. Um comunicado interno refere-se à continuidade do processo de profissionalização do grupo. Sua resultante tende a ser a indicação formal de Sylvio Luiz Bresser Pereira à condição de primeiro executivo do Pão de Açúcar — na busca de evitar custos consequentes à explicitação e transparência das pendências.

o Maior preocupação com o protecionismo: um dos temas de análise do Union Bank of Switzerland (União de Bancos Suíços). O protecionismo aparece sob a forma de barreiras não tarifárias.

o A manutenção de uma boa competitividade externa ainda não está assegurada, afirma-se no número zero do Relatório Trevisan Grano, elaborado conjuntamente pelas empresas dirigidas por Antoninho Marmo Trevisan, ex-titular da Sest, e Gilberto Dupas, ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Países do Sudeste Asiático, cujas moedas estão atreladas ao dólar, como Coreia do Sul, Formosa, Cingapura e Hong-kong competem com o Brasil em mercados como os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia, "justamente em setores onde nossa tradição é pequena, como automóveis, máquinas e aparelhos elétricos, componentes e aparelhos eletrônicos. Mesmo mercados que têm uma participação brasileira mais intensa e freqüente, como calçados e produtos têxteis, podem ser ameaçados", prevê o relatório.

Última

o É preciso muito cuidado para interpretar — e entender — a farta informação divulgada sobre a conversão de dívida externa, englobando questões como a quitação de empréstimos e os novos leilões, o primeiro dos quais a ser realizado dia 29 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Mesmo operadores desses mercados estão em fase de aprendizado, adverte um especialista que se dedica 16 horas por dia ao tema. Para o mercado acionário, é importante que os fundos de conversão recebam recursos já no primeiro leilão, segundo o vice-presidente de conhecida corretora. Mas é certo que dezenas de milhões de dólares já desembarcaram na Bolsa só este ano, via fundos estrangeiros no Brasil. Sem o benefício do deságio com que a dívida brasileira é negociada no Exterior. Ou seja, é dinheiro novo. E dinheiro novo nunca entra quando não tem a expectativa de multiplicar-se.